



EXPANDIDO

UM PASSEIO PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MUSEUS NO BRASIL

(Modalidade de trabalho: Pôster)

Este trabalho é parte integrante de nossa pesquisa de doutorado em curso, que versa sobre Políticas Públicas de Museus, especificamente no campo da educação museal.

As Políticas Públicas de Patrimônio no Brasil datam do início do século XX. Sua primeira lei foi publicada em 1937 e, desde então, tem-se estabelecido e transformado, dando origem a várias políticas públicas específicas na área da cultura. No caso particular dos museus, as leis e políticas brasileiras têm-se desenvolvido largamente, especialmente no século XXI, a partir da Política Nacional de Museus (2003). O caminho para atingir este nível não foi feito sem conflitos e mudanças de pontos de vista. A participação do Estado e da sociedade civil foram ambas importantes, representando conflitos e conciliações em momentos distintos. A trajetória das políticas públicas ainda está sendo construída, com participação cada vez maior da população.

A pesquisa e análise de políticas públicas contribui para a sua elaboração e de seus diagnósticos, de suas propostas de implementação e avaliação e para a sua pertinência e qualidade. Fazer um resgate histórico da construção de políticas públicas dessa área passa por reconhecer suas fragilidades, seus modos de fazer e as condições conjunturais em que foram e são estabelecidas ou interrompidas, o que não seria possível neste trabalho que apenas listará algumas das Políticas Públicas de Museus no Brasil, destacando analiticamente o recente desenvolvimento da Política Nacional de Museus (2003). Coadunamos com a constatação que nos apresenta Moraes sobre o atual estado da arte: “na bibliografia, as políticas públicas são marcadas pela lógica e condições que regem as sociedades locais: concentração, centralização, ausência de equidade e exclusão como permanências. Uma política pública fundamentada nestes princípios não reconhece a urgência de novos enfoques: a descentralização dos bens e produção cultural, a universalização do acesso à cultura e a gestão participativa das instituições, temas e problemas que apontam as urgências do setor” (MORAES, 2009, p. 55).

Resumidamente, podemos considerar que as políticas públicas se formam e desenvolvem de acordo com uma lógica que é maior do que elas, a lógica cultural, social,

política e econômica que rege o funcionamento da sociedade e o desenvolvimento de sua história. No Brasil, que conta com uma história da democracia conturbada, por vezes interrompida, o ainda jovem Estado tem construído suas políticas públicas de patrimônio e memória com influência de órgãos internacionais, como a UNESCO e o ICOM, contribuindo também com ambos, e com a participação ativa da sociedade, como podemos ver nas “Recomendações Unesco 2015 para a Proteção e Promoção do Patrimônio Museológico e Coleções”, tema deste 7º Fórum Nacional de Museus.

A influência brasileira no cenário mundial do desenvolvimento de políticas públicas de museus revela seu pioneirismo, na criação de legislação e documentos políticos, na realização de formação profissional, na criação de museus, no desenvolvimento do campo da museologia, na participação e realização de eventos, na profissionalização do campo, entre outros pontos que poderemos ver.

Acreditamos que com criação da Política Nacional de Museus (2003) surgiram importantes ferramentas para a gestão e desenvolvimento do setor museal, como o Estatuto de Museus, os programas e editais que com ele se desenvolveram, a instituição da obrigatoriedade de elaboração de um Plano Museológico, a criação do Cadastro Nacional de Museus e suas ferramentas de produção de dados e estatísticas para o setor, entre outras. De acordo com Marandino e Martins “é importante ressaltar que a tônica presente tanto nos princípios, quanto nos artigos da PNM, estão intimamente ligadas aos conceitos de participação popular na gestão do patrimônio, promoção do acesso ao patrimônio musealizado para todas as camadas da população, incentivo à musealização do patrimônio oriundo da diversidade cultural brasileira e à sustentabilidade dos processos museais” (MARANDINO & MARTINS, 2013, p.59). Neste trabalho listaremos alguns exemplos das políticas públicas de patrimônio e museus que podemos observar surgirem nos séculos XX e XXI que nos permitem concluir como, pela primeira vez, com a PNM (2003) de fato se institui de forma detalhada, progressiva, continuada e com aberturas democráticas uma política pública específica para os Museus no Brasil.

REFERÊNCIAS:

MORAES, Nilson. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. In: Revista Museologia e Patrimônio - vol.II no 54 1 - jan/jun de 2009. Disponível em para download em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/issue/view/6/showToc>>.

Acesso em 6 de março de 2017.

MARNDINO, M. & MARTINS, L. C. Políticas de financiamento da educação em museus: a constituição das ações educacionais em museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia. In: Ensino em Re-vista. v.20, n.1 (jan./jun. 2013). Uberlândia: UFU, 2013.